

INSTITUCIONAL

DOCUMENTOS

PRODUÇÃO

PROJETOS

PESQUISAS

Notícias



CPJ assina convênio com associações de companhias aéreas para pesquisar judicialização do transporte aéreo

1 de dezembro de 2022

Objetivo do levantamento é entender as razões do alto índice das demandas

O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) assinou, nesta terça-feira (29), um convênio com quatro associações nacionais e internacionais de companhias aéreas para realizar um diagnóstico sobre a judicialização do transporte aéreo no Brasil.

Assinaram o convênio com o CPJ: a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (ALTA); a Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais no Brasil (Jurcaib); a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (ABEAR); e a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA).

O objetivo do levantamento é dar ao setor e ao Poder Judiciário subsídios para compreender as razões do alto índice das demandas contra as companhias aéreas no Brasil. A pesquisa trará informações quantitativas e evidências que buscam demonstrar os motivos da

judicialização observados pelas empresas do ramo.

O estudo trará a análise da jurisprudência dos tribunais nacionais, mapeará os processos utilizados para criar indicadores e analisará comparativamente os dados internacionais das companhias aéreas a respeito da eficiência dos serviços, em relação ao índice de judicialização das empresas operantes no Brasil.

“Essa pesquisa é importante porque o volume de processos judiciais do setor aéreo no Brasil é um dos maiores do mundo e o objetivo do estudo é trazer mais informações sobre essa litigiosidade para a gente conseguir verificar se é eficiente, qual a qualidade dos serviços prestados, quais são os motivos desses litígios, se o consumidor fica satisfeito no final e outros itens. Acredito que vai ajudar muito a entender e melhorar esse cenário para todos os envolvidos”, explicou a magistrada Caroline Tauk (TRF2), nova membro do CPJ e uma das coordenadoras do trabalho.

De acordo com Marcelo Pedroso, da IATA, a judicialização é algo que impacta nos custos das empresas. “Entendemos que é um problema que pode ser mitigado com um melhor diálogo com o Poder Judiciário, e se esse diálogo for baseado em dados, poderemos trabalhar melhor juntos”, disse.

O secretário-adjunto da AMB, Fernando Cury, acredita que entender os motivos e causas que levam a esse excesso de judicialização vai ajudar muito a melhorar o serviço de ambos os lados. “Vai ser de grande utilidade esse estudo e estamos muito satisfeitos em fazer parte dele”, afirmou.

A finalização da pesquisa e apresentação do relatório está prevista para agosto de 2023.

Paula Andrade (Ascom/AMB)



O Centro de Pesquisas Judiciais é responsável por todos os assuntos relativos às pesquisas da Magistratura e do Poder Judiciário junto a AMB e tem a finalidade de realizar investigações sobre os problemas que os atingem, bem como criar linhas de pesquisa focadas em temas de relevância social.

CONTATOS

SHS Quadra 06, Conjunto
A, Bloco A, Complexo
Brasil 21, Asa Sul,
Brasília, Distrito Federal,
70316-102, Brasil

cpj@amb.com.br

+55 61 8165-4987
